



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO**

**EDITAL Nº 22/2018 – PROGRAD  
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2018**

**PROVA OBJETIVA  
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

Leia atentamente as instruções a seguir.

1. Ao receber o caderno de provas, verifique se esta possui as 60 questões. Verifique também os dados pessoais do candidato no cartão de resposta.
2. A prova é composta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com cinco alternativas agrupadas de “A” a “E”.
3. Marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use cartão de resposta, único documento válido para a correção das suas respostas.
4. Verifique se o caderno de provas possui o número de questões correspondentes. Caso o caderno esteja incompleto, apresente qualquer defeito ou divergência nos dados pessoais no cartão de resposta, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis. Somente serão atendidos os pedidos de substituição do caderno de provas ou do cartão de resposta nos primeiros 30 (trinta) minutos.
5. Não será permitida a substituição do cartão de resposta por erro de marcação do candidato.
6. A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, com início às 8 horas e término às 12 horas.
7. O cartão de resposta será entregue após o início da prova e deverá ser conferido e assinado à vista dos fiscais.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. Caso o candidato marque mais de uma opção como correta, a questão será anulada.
10. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação;
11. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
12. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que NÃO estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.
13. O cartão de resposta deverá ser entregue pelo candidato ao fiscal de sala.
14. O candidato que entregar o cartão de resposta não poderá retornar ao recinto.
15. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.
16. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu caderno de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.



**Questão 1** - Em relação ao tempo do crime o CP adotou a chamada:

- a) Teoria da Atividade;
- b) Teoria do Resultado;
- c) Teoria da Ubiquidade;
- d) Teoria Mista;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 2** - Em relação ao instituto do arrependimento posterior pode-se afirmar que:

- a) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;
- b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois sextos;
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 3** - Nos crimes hediondos a progressão da pena se dará com o cumprimento de:

- a) 1/6 da pena;
- b) 1/5 se for réu primário e 2/5 se for réu reincidente;
- c) 2/5 se for réu primário e 3/5 se for réu reincidente;
- d) 1/3 da pena;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 4** - Em relação à ação penal pública condicionada, pode-se afirmar que a retratação da representação poderá ocorrer até:

- a) o recebimento da denúncia;
- b) a citação do réu;
- c) a sentença;
- d) o oferecimento da denúncia;
- e) nenhuma das alternativas.

**Questão 5** - Quanto ao instituto da reincidência pode-se afirmar que:

- a) para efeito de reincidência não se consideram os crimes militares impróprios e políticos;
- b) não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 2 anos;
- c) verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime ou contravenção anterior;
- d) o deferimento da reabilitação afasta automaticamente os efeitos da reincidência;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 6** - No concurso formal imperfeito pode-se afirmar que:

- a) o agente atua com desígnios autônomos razão pela qual as penas dos delitos serão somadas;
- b) o agente atua com desígnios autônomos, devendo haver a exasperação da pena;
- c) o agente atua com desígnio único razão pela qual as penas dos delitos serão somadas;
- d) o agente atua com desígnio único, devendo haver a exasperação da pena;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 7** - Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, deverá:

fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

- a) designar outro Promotor de Justiça para atuar;
- b) remeter o inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral;
- c) devolver os autos ao mesmo Promotor de Justiça para que esta ofereça a denúncia;
- d) determinar o arquivamento de plano uma vez sendo o Ministério Público o titular da ação penal pública;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 8** - No que diz respeito ao instituto da *aberratio ictus*, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de hipótese de erro sobre a pessoa;
- b) Trata-se de hipótese de resultado diverso do pretendido;
- c) Trata-se de hipótese de erro na execução;
- d) Trata-se de hipótese de resultado diverso do tipo;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 9** - No que concerne aos institutos da progressão e regressão do regime prisional pode-se afirmar que:

- a) É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional, porém, admite-se a regressão *per saltum*, inclusive, se for o caso, do regime aberto para o fechado, conforme entendimento majoritário;
- b) A progressão do regime prisional nos crimes de roubo majorado ocorrerá com o cumprimento de 2/5 da pena;
- c) A progressão do regime prisional no crime de latrocínio ocorrerá com o cumprimento de 1/6 da pena;
- d) É inadmissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional, porém, admite-se a regressão *per saltum*, inclusive, se for o caso, do regime aberto para o fechado, conforme entendimento majoritário;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 10** - Salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de:

- a) 6 meses contados da data do fato;
- b) 6 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime;
- c) 3 meses contados da data do fato;
- d) 3 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 11** - Em relação ao perdão judicial, à luz da jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência;
- b) A sentença que concede o perdão judicial tem natureza declaratória de extinção da punibilidade;
- c) A sentença que concede o perdão judicial tem natureza condenatória;
- d) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de indenização civil;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 12** - Quanto à *abolitio criminis* pode-se afirmar que:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória;
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mantidos os efeitos penais da sentença condenatória;
- c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos civis da sentença condenatória;
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos extrapenais da sentença condenatória.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 13** - A competência será determinada pela continência quando:

- a) se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- b) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
- d) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 14** - A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo:

- a) concurso entre jurisdição comum e eleitoral;
- b) concurso entre jurisdição comum e falimentar;
- c) concurso entre jurisdição comum e tribunal do júri;
- d) concurso entre jurisdição comum e militar;
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 15** - No processo penal a competência será determinada, em regra, pelo:

- a) lugar em que for praticada a infração;
- b) lugar em que se consumar a infração;
- c) lugar em que capturado o infrator;
- d) no caso de tentativa, pelo lugar em que deu-se início a execução;
- e) nenhuma das alternativas.

**Questão 16** - A respeito da teoria da constituição e direito constitucional, assinale a assertiva correta:

- a) A concepção sociológica de constituição entende a constituição com uma decisão política fundamental, cuja validade de suas normas não está apoiada na justiça, mas na decisão política que lhe dá existência.
- b) O entendimento que a constituição de um país é a soma dos fatores reais de poder que nele atuam é atribuído à concepção política.
- c) Lassalle, defensor da visão sociológica da constituição, distingue, em sua concepção, a constituição das leis constitucionais.
- d) O jusfilósofo mais associado à concepção jurídica da constituição é Carl Schmitt.
- e) A ideia que considera a constituição como puro dever-ser, sem qualquer consideração de cunho sociológico, político ou filosófico, é atribuída a Hans Kelsen.

**Questão 17** - Sobre a teoria do poder constituinte, reforma e mutação constitucional, assinale a opção correta:

- a) Devido às características do poder constituinte originário, as normas de uma nova Constituição prevalecem sobre o direito adquirido.
- b) A Constituição de 1988 autoriza a propositura de emenda constitucional por meio de iniciativa popular.
- c) O poder constituinte derivado é ilimitado e incondicionado.
- d) A mutação constitucional é reconhecida apenas pela doutrina, uma vez que o Supremo Tribunal Federal não a aplica em suas decisões.
- e) O poder constituinte secundário reformador é responsável pela elaboração das Constituições Estaduais.

**Questão 18** - Sobre os princípios da interpretação constitucional, assinale a assertiva correta:

- a) Segundo o princípio da unidade da Constituição, as disposições normativas constitucionais devem ser analisadas de forma separada, estabelecendo a interpretação individualizada de cada dispositivo constitucional, a fim de evitar contradições.
- b) O princípio da conformidade funcional exige que os bens jurídicos constitucionalmente protegidos possam coexistir harmoniosamente, sem predomínio, abstrato, de uns sobre os outros, possibilitando que o intérprete-juiz atue como legislador positivo, para garantir a efetividade constitucional.
- c) O princípio da força normativa estabelece que, na resolução dos problemas jurídicos-constitucionais, deve-se dar primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social, ainda que isso enseje a inefetividade temporária de determinada norma constitucional.
- d) O princípio do efeito integrador dispõe que o texto constitucional deve ser interpretado de forma a evitar contradições entre suas normas, ainda que essa interpretação enfraqueça a unidade política da constituição.
- e) O princípio da justeza estabelece que o órgão encarregado de interpretar a constituição não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo poder constituinte.

**Questão 19** - Quando a constituição é capaz de regular efetivamente a vida política de um Estado, sendo seu conteúdo observado e cumprido por todos, havendo correspondência entre o texto constitucional e a realidade política do Estado, a doutrina constitucional a classifica como:

- a) Constituição “folha de papel”.
- b) Constituição normativa.
- c) Constituição semântica.
- d) Constituição real.
- e) Constituição nominal.

**Questão 20** - A Constituição Federal de 1988, de acordo com o modo de elaboração, origem e extensão, pode ser classificada como:

- a) Dogmática, outorgada e sintética.
- b) Histórica, promulgada e sintética.
- c) Eclética, dirigente e analítica.
- d) Dogmática, promulgada e analítica.
- e) Histórica, outorgada e analítica.

**Questão 21** - Manuel nasceu na cidade do Rio Janeiro quando seus pais estavam de férias no Brasil. Seus pais possuem a nacionalidade espanhola e são empregados em uma empresa privada na Espanha. Nessa situação hipotética, considerando a regulamentação constitucional sobre nacionalidade, está correta a seguinte afirmação:

- a) Manuel não tem a nacionalidade brasileira, mas pode solicitar que o governo brasileiro a defira a condição de brasileiro naturalizado, pois nasceu em território brasileiro.
- b) Manuel será considerado brasileiro nato, pois nasceu no território brasileiro e os seus pais não estavam a serviço do seu país.
- c) Manuel poderá optar pela nacionalidade brasileira quando completar dezoito anos de idade, pois nasceu no território brasileiro.
- d) Manuel não será considerado brasileiro nato ou naturalizado, pois ambos os pais são estrangeiros.
- e) Manuel não será considerado brasileiro, pois, embora nascido no Brasil, seus pais trabalham na Espanha.

**Questão 22** - Parte inferior do formulário

A constituição não admite a perda e/ou suspensão dos direitos políticos na hipótese de:

- a) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- c) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- d) Condenação em processo administrativo que cause demissão do serviço público.
- e) Condenação pela prática de ato de improbidade administrativa.

**Questão 23** - Compete a União legislar privativamente sobre:

- a) Previdência social.
- b) Responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- c) Sistema estatístico.
- d) Custas dos serviços forenses.
- e) Direito financeiro.



**Questão 24** - Sobre a intervenção federal, assinale a assertiva que apresenta uma hipótese constitucional interventiva, cuja decretação, pelo Presidente da República, depende de prévio provimento do Supremo Tribunal Federal:

- a) Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- b) Manter a integridade nacional.
- c) Repelir invasão estrangeira.
- d) Reorganizar as finanças da unidade da federação, em razão da suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- e) Assegurar a observância do regime democrático.

**Questão 25** - Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a opção correta:

- a) O Senado Federal pode suspender a execução de normas estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso.
- b) No sistema constitucional brasileiro não se admite o controle judicial preventivo da constitucionalidade.
- c) O controle de constitucionalidade no Brasil adota unicamente o modelo norte-americano.
- d) Em caso de veto presidencial a projeto de lei considerado inconstitucional, temos a hipótese de controle repressivo de constitucionalidade.
- e) Os juízes de primeira instância não podem declarar a inconstitucionalidade de lei, tendo em vista a incidência do princípio da reserva de plenário.

**Questão 26** - Sobre a evolução constitucional brasileira ou a formação constitucional do Brasil, assinale a assertiva correta:

- a) Uma das inovações positivadas na Constituição brasileira de 1891 foi a divisão do território brasileiro em estados e a ampla liberdade de culto, com o fim do catolicismo como religião oficial do Estado.
- b) A primeira constituição brasileira a ser influenciada pelo paradigma do constitucionalismo social foi a de 1988.
- c) A Constituição de 1937 trouxe diversos avanços no campo do controle de constitucionalidade das normas, conferindo ao STF amplos poderes para exercer o controle abstrato e concreto de constitucionalidade.
- d) O habeas corpus passou a existir no Brasil somente com a Constituição de 1946.
- e) A Constituição de 1988 ampliou o rol de direitos e garantias individuais, prevendo, pela primeira vez, nas constituições brasileiras, o mandado de segurança e a ação popular.

**Questão 27** - A respeito dos direitos fundamentais, assinale a assertiva que contempla exemplos dos chamados direitos fundamentais de “primeira geração ou dimensão”:

- a) direito à vida e direito à saúde.
- b) direito à igualdade e direito à cultura.
- c) direito à liberdade e direito à propriedade.
- d) direito à moradia e o direito à vida.
- e) direito à saúde e direito à propriedade.

**Questão 28** - Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a assertiva correta:

- a) O direito à vida, por ser mais importante que os outros direitos fundamentais, tem caráter absoluto, não se admitindo qualquer restrição.
- b) O estrangeiro, não residente no Brasil, não pode impetrar habeas corpus.
- c) É cabível a prisão civil por dívida na hipótese do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- d) A exigência legal de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Dada a laicidade do Estado brasileiro, não se admite como constitucionalmente possível a prestação de assistência religiosa pelo Estado a presidiários.

**Questão 29** - Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, as normas de eficácia contida:

- a) Exigem edição de lei regulamentadora para produzir efeitos jurídicos.
- b) Produzem efeitos plenos na ausência de lei que contenha sua eficácia.
- c) Não podem ser restringidas por lei.
- d) São definidoras de princípio institutivo ou organizatório.
- e) Também são conhecidas como normas programáticas.

**Questão 30** - Em relação ao direito à inviolabilidade do domicílio (art. 5º, inciso XI, da Constituição de 1988), considerando a interpretação dada pela doutrina e jurisprudência, assinale a assertiva correta:

- a) O conceito constitucional de domicílio corresponde ao conceito de direito civil.
- b) É possível adentrar a casa de alguém, mediante determinação judicial, durante o dia ou à noite.
- c) É possível adentrar a casa de alguém, em caso de flagrante delito, apenas durante o dia.
- d) O conceito de casa não é restrito, podendo abranger também um quarto de hotel, desde que ocupado.
- e) O ingresso na casa de alguém somente é possível com o consentimento do morador.

**Questão 31** - Assinale a resposta correta:

- a) a energia que tenha valor econômico é considerada como bem imóvel.
- b) o direito à sucessão aberta é considerado bem móvel por determinação da lei.
- c) os semoventes são categorias de bens imóveis suscetíveis de movimento próprio.
- d) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem não perdem o caráter de bem imóvel.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 32** - Assinale a resposta incorreta:

- a) os bens fungíveis são os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) a Taça Fifa, entregue para a França durante a Copa do Mundo de 2018, é classificada como bem infungível.
- c) café e açúcar, desde que determinados pela quantidade e qualidade, podem ser considerados como bens infungíveis.
- d) A fungibilidade é o resultado da comparação entre duas coisas, que se consideram equivalentes.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 33** - Assinale a alternativa correta:

- a) pertencas não são partes integrantes;
- b) frutos civil são aqueles produzidos pela própria força orgânica da coisa que os gerou.
- c) os juros e os aluguéis são considerados frutos naturais.
- d) salvo disposição em contrário, o acessório sempre segue o principal e vice-versa.
- e) nenhuma das anteriores

**Questão 34** - Assinale a incorreta.

- a) Em conformidade com a lei 13.146/2015, que modificou o art. 3º do Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- c) De acordo com o Código Civil, os pródigos são considerados relativamente capazes.
- d) No Brasil, a personalidade civil começa da concepção.
- e) A emancipação poderá ser concedida por ambos os pais, independentemente de homologação judicial.

**Questão 35** - Segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Não existe morte presumida sem decretação de ausência.
- b) Ocorre a comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar qual deles morreu em primeiro lugar, hipótese em que presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- c) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) O ato de disposição do próprio corpo é negócio jurídico irrevogável.
- e) Não se tratando de direito personalíssimo, o nome pode ser alterado a qualquer momento, nas hipóteses previstas em lei.

**Questão 36** - Assinale a resposta correta.

- a) o possuidor de má-fé não tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias.
- b) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- c) o possuidor de má-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- d) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 37** - Assinale a alternativa correta:

- a) ocorre a representação toda vez que alguém possuir poderes para agir em nome de outra.
- b) a outorga de procuração é exemplo clássico de representação legal.
- c) tutor e curador são representantes convencionais do tutelado e do curatelado.
- d) ocorre a representação judicial quando o juiz outorga procuração para que outrem realize negócio jurídico em seu nome.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 38** - O erro se difere do dolo porque:

- a) no erro as duas partes da relação jurídica estão de boa-fé.
- b) no dolo existe uma manifesta desproporção entre as prestações de cada parte.
- c) no dolo as duas partes devem estar de má-fé.
- d) no erro uma das partes foi enganada pela outra.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 39** - Sobre a simulação, marque a alternativa incorreta:

- a) no Direito Brasileiro não existem diferenças entre simulação e dissimulação.
- b) tanto a simulação absoluta como a relativa acarretam a nulidade do negócio jurídico.
- c) na simulação maliciosa as partes têm como objetivo prejudicar terceiros.
- d) na simulação inocente não existe terceiro prejudicado.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 40** - São hipóteses de emancipação, exceto:

- a) interdição do pródigo.
- b) casamento.
- c) colação de grau em curso de ensino superior.
- d) o exercício de emprego público efetivo.
- e) Nenhuma das alternativas.

**Questão 41** - Assinale a incorreta:

- a) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á como único domicílio o local onde possua o centro habitual de seus negócios.
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- d) Por força de lei, considera-se como domicílio do preso o lugar em que cumprir a sentença.
- e) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

**Questão 42** - Assinale a incorreta:

- a) validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, além da forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- e) Como regra geral, é correta afirmar-se que o silêncio do interessado no negócio jurídico importa anuência, mesmo quando as circunstâncias e os usos não o autorizarem.

**Questão 43** - Assinale a incorreta:

- a) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, mas não a competência absoluta.
- b) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) O registro ou a distribuição da petição inicial não torna prevento o juízo.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- e) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.

**Questão 44** - Assinale a incorreta:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, desde que tenham acordo prévio com os advogados.
- b) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- c) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- e) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

**Questão 45** - Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra geral, as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência.
- b) Em se tratando de mulher casada, o foro competente para o julgamento da causa será o de seu marido.
- c) Regra geral, determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, ao que se denomina *perpetuatio jurisdictionis*.
- d) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- e) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

**Questão 46** - Sobre atividade administrativa, marque a opção INCORRETA.

- a) A atividade administrativa compreende uma pluralidade de atuações do Estado, que apresentam natureza e características muito diversas.
- b) As atividades administrativas podem ser classificadas como sendo de cunho conformador, prestacional, regulatório ou de controle, segundo o tipo de função de estatal que fosse considerado.
- c) É cabível diferenciar as atividades administrativas segundo os interesses específicos afetados de modo imediato, havendo procedimentos aptos a produzir efeitos individuais ou coletivos.
- d) O conteúdo e a validade dos atos administrativos não dependem da observância ao procedimento devido.
- e) Os partícipes dos atos-procedimentos administrativos devem pautar suas atuações pelos limites do princípio-dever de cooperação.

**Questão 47** - Analise as seguintes assertivas, referentes ao serviço público:

- I - Serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, insuscetíveis de satisfação adequada mediante os mecanismos da livre iniciativa privada, destinada a pessoas indeterminadas, qualificada legislativamente e executada sob regime de direito público.
- II - A natureza funcional da atividade de serviço público e a indisponibilidade dos direitos fundamentais acarreta usualmente a atribuição da titularidade do serviço público ao Estado.
- III - O serviço público é uma atividade administrativa e todas as competências do Executivo são serviços públicos.
- IV - O serviço público produz a satisfação de necessidades individuais, homogêneas ou não, assim como a de interesses transindividuais.
- V - A atividade de serviço público é um instrumento de satisfação direta e imediata dos direitos fundamentais, entre os quais avulta a dignidade humana.

A quantidade de itens CORRETOS é:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

**Questão 48** - Considere as seguintes assertivas:

- I - Utiliza-se, geralmente, a expressão Administração Pública para fazer referência ao conjunto de entes e organizações titulares da função administrativa.
- II - A expressão Administração Pública abrange todos os entes e sujeitos exercentes de funções administrativas, ainda que o façam de modo secundário e acessório.
- III - Numa acepção subjetiva, a expressão Administração Pública indica os sujeitos de direito e os órgãos que desempenham função administrativa.
- IV - A Administração Pública é formada apenas por pessoas de direito público, inexistindo em sua composição pessoas de direito privado.

Quantas assertivas estão CORRETAS:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

**Questão 49** - Com base no que prescrevem os artigos 3º e 41 da lei nº 8.666/93, 5º, inciso II, e 37, *caput* e inciso XXI, da Constituição federal, em um procedimento licitatório, se faz imperativo que a Administração pública subjetiva não descumpra as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, pelo princípio da:

- a) Do julgamento objetivo.
- b) Da impessoalidade.
- c) Da adjudicação do objeto.
- d) Da moralidade.
- e) Da Vinculação ao instrumento convocatório.

**Questão 50** - Sobre licitações, avalie as assertivas abaixo:

I - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

II - A licitação será processada e julgada com observância do procedimento de que a abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

III - Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) as alternativas I e III estão corretas.
- b) as alternativas I e II estão corretas.
- c) as alternativas II e III estão corretas.
- d) a alternativa II está correta.
- e) as alternativas I, II e III estão corretas.

**Questão 51** - Todos quantos participem da licitação têm o direito público subjetivo à fiel observância procedimento licitatório estabelecido no instrumento convocatório, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, pelo princípio:

- a) da vinculação ao instrumento convocatório.
- b) do julgamento objetivo.
- c) da impessoalidade.
- d) da moralidade.
- e) da legalidade.



**Questão 52** - Considere as seguintes assertivas:

- I - É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do valor da modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente. R\$ 15.000,00.
- II - A Lei nº 10.520/02 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada "pregão", para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- III - Nos casos em que couber convite, a Administração pública formal poderá utilizar as modalidades de tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- IV - É dispensável a licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do valor da modalidade convite e para alienações, nos casos previstos na lei de licitações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- V - O julgamento das propostas será objetivo, um dever-poder, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo, exceto na modalidade concurso, em conformidade com os tipos de licitação, a de melhor preço, a de melhor técnica, a de melhor técnica e preço e a de maior lance ou oferta, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

A quantidade de assertivas INCORRETAS é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

**Questão 53** - Qual o princípio que deverá ser observado no certame licitatório que significar sempre que o procedimento licitatório deve se desenrolar na conformidade de padrões éticos presáveis, impondo para a Administração formal e licitantes, um comportamento correto, probo, de parte a parte.

- a) Vinculação ao instrumento convocatório.
- b) Do julgamento objetivo.
- c) Da impessoalidade.
- d) Da adjudicação do objeto.
- e) Da moralidade.

**Questão 54** - Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- c) A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.
- d) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- e) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos sucumbentes, conforme critérios constantes de edital ou convite publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) anos.

**Questão 55** - Sobre os critérios de escolha da modalidade de licitação, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Modalidade convite, até o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
- b) Nas hipóteses da modalidade convite a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- c) Modalidade tomada de preços, até o limite de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- d) Modalidade concorrência, acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- e) Modalidade leilão, acima de 15.000,00 (quinze mil reais).

**Questão 56** - Assinale a opção em que não temos uma forma de extinção do ato administrativo:

- a) Decurso de tempo
- b) Invalidação.
- c) Revogação.
- d) Renúncia do interessado.
- e) Manutenção do pressuposto fático.

**Questão 57** - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ato administrativo é uma declaração unilateral do Estado, ou de quem faça suas vezes, no exercício da função administrativa, que produza efeitos jurídicos.
- b) As características que permitem identificar se um ato se submete a regime jurídico de direito público, são: (a) presunção de legitimidade; (b) executoriedade; (c) imperatividade; e (d) exigibilidade.
- c) O contrato administrativo sob regime público diferencia-se do contrato privado por possuir, dentre outras, a previsão de alteração bilateral.
- d) Contrato administrativo, “é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou com outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria administração. É sempre bilateral, no sentido de que há duas partes com objetivos diversos”.
- e) Segundo o STJ, “possuindo a atividade administrativa, em seu favor, uma presunção de legitimidade, cabe ao interessado pleitear judicialmente o restabelecimento da situação anterior”.

**Questão 58** - Sobre os elementos do ato administrativo, analise as seguintes assertivas:

- I - O ato é válido quando nele se contêm todos os requisitos legais, ou seja, quando todas as condições de validade foram atendidas, ou, ainda, quando foi praticado conforme o ordenamento jurídico.
- II - “O ato administrativo é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios; ou seja, quando o desencadear de seus efeitos típicos não se encontra dependente e qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade”.
- III - O princípio constitucional da publicidade impõe que a publicação dos atos administrativos não é condição de validade e eficácia do ato.
- IV - A incompetência da autoridade, considerada como elemento do ato, é motivo de invalidação.

A quantidade de itens INCORRETOS é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

**Questão 59** - Analise as seguintes assertivas:

- I - O conceito de função administrativa adotado pelo direito positivo brasileiro não é resultado apenas da lógica e da razão, mas deriva da evolução histórica e de razões de ordem política.
- II - A função administrativa é desempenhada pelos diversos poderes. Porém, o seu desempenho cabe preponderantemente ao Poder Executivo.
- III - A atividade administrativa é subordinada ao regime de direito administrativo, não importando se tal atividade é exercitada no âmbito do Poder Judiciário, do Poder Legislativo ou de qualquer outro órgão estatal.
- IV - A função administrativa prestacional é composta dos poderes para promover a satisfação concreta de necessidades coletivas relacionadas a direitos fundamentais

A quantidade de itens CORRETOS é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

**Questão 60** - Analise as seguintes assertivas:

- I - A separação de poderes impede que a atividade administrativa se desenvolva sem vinculação à lei.
- II - A separação de poderes subordina a Administração Pública ao controle jurisdicional.
- III - A função administrativa é um conjunto de competências, e a atividade administrativa é a sequência conjugada de ações e omissões por meio das quais se exercita a função e se persegue a realização dos fins que a norteiam e justificam sua existência.
- IV - A atividade administrativa é subordinada ao regime de direito administrativo, não importando se tal atividade é exercitada no âmbito do Poder Judiciário, do Poder Legislativo ou de qualquer outro órgão estatal.

A quantidade de itens INCORRETOS é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4